

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / XIII (1 .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Precariedade e promiscuidade no sector da Assistência em Escala/Handling
Aeroportuário

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Enquanto o Governo tarda em dar sequência à resolução aprovada na Assembleia da República sobre a Assistência em Escala, a situação no sector degrada-se.

Contrariando o expressamente aprovado na Assembleia da República, prossegue o concurso para a atribuição de uma terceira licença num conjunto de categorias no Aeroporto de Lisboa, com novas informações a retratarem a autêntica promiscuidade entre diferentes operadores privados, que fazem da concorrência entre si uma farsa com o único objetivo de reduzir o preço da força de trabalho, precarizar e incrementar a exploração no sector, num processo cujo resultado líquido acaba sempre no empobrecimento do povo português para benefício do grande capital nacional mas sobretudo internacional.

Já tínhamos a aliança das duas multinacionais, Vinci e Ryanair, que origina o despedimento coletivo na Portway para ambas ganharem mais dinheiro à custa dos salários e das vidas dos trabalhadores da Assistência em Escala, num processo onde usam a recém-criada Groundlink como máquina de lavar direitos e comprimir salários.

Agora foi revelado que a Barraqueiro Transportes está associada à mesma Groundlink e a uma multinacional suíça para concorrer contra a SPDH/Groundforce que é 49,9% propriedade da TAP, cuja gestão está entregue à Barraqueiro Transportes!

Mais uma vez se confirma que a opção tomada pelo Governo do PS, com a frontal oposição do PCP, de entregar a gestão da TAP ao capital privado é não só errada como perigosa. Neste caso, é evidente o objetivo de destruir a SPDH/Groundforce e lhe retirar o contrato com a TAP passando a assistência desta para um terceiro operador sem contratação coletiva (como a Groundlink já assumiu não praticar, apesar de a tal estar obrigada por lei, mas contando com a descarada cumplicidade dos pseudo-reguladores e do Governo).

É claro que perante esta ofensiva, que ataca todo o sector, não restou outra alternativa aos trabalhadores que não fosse o incremento da luta, estando agendadas diversas ações, com as quais o PCP se solidariza e que, estamos certos, merecerão dos desestabilizadores do sector as hipócritas e costumeiras lágrimas de crocodilo.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Conhece o Governo este duplo papel da Barraqueiro Transportes, de gestor e concorrente da SPdH/Groundforce? Que medidas (além daquela que se impunha – que era a imediata retirada da gestão da TAP aos privados) vai o Governo tomar para defender a SPdH/Groundforce?
2. Como avalia o Governo a prática dos reguladores e a sua cumplicidade face à utilização da Groundlink pelos grupos económicos do sector, para tentar destruir a contratação coletiva e cometer todo o tipo de ilegalidades?
3. Quando tenciona o Governo respeitar a Resolução aprovada nesta Assembleia, e revogar o despacho que alarga o número de operadores no Aeroporto de Lisboa a, pelo menos, mais um?
4. Vai o Governo iniciar, como prometido, o combate ao «modelo de precariedade e baixos salários» na Assistência em Escala?

Palácio de São Bento, terça-feira, 7 de Junho de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)